

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Negociações Internacionais

Período de Análise: 01/01/2013 a 31/01/2013

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Início

Candidatura de Azevedo quer resgatar importância da OMC. Sergio Leo e Assis Moreira – Valor Econômico. 02/01/2013	3
CNA promoverá seminário em Pequim sobre infraestrutura e logística – Site da CNA. 08/01/2013.....	4
Brasil quer novas regras no comércio mundial. Sergio Leo – Valor Econômico. 11/01/2013	5
Área de negociações da OMC está "paralisada", diz candidato brasileiro. Renata Agostini – Folha de São Paulo. 11/01/2013	7
Com 9 candidatos, disputa na OMC começa indefinida. Assis Moreira – Valor Econômico. 15/01/2013	7
Alemanha e Brasil discutem parceria na área cooperativista – Site do MAPA. 18/01/2013.....	10
Mendes Ribeiro participa de reuniões com colegas de pasta da Argentina e Uruguai – Site do MAPA. 22/01/2013	11
Sem Doha, protecionismo avança no comércio global – Folha de São Paulo. 23/01/2013.....	12
Brasil e União Europeia firmam acordo sobre bem-estar animal – Site do MAPA. 24/01/2013.....	13
Brasil e UE criam comissão para impulsionar cooperação bilateral. Fernando Exman e Bruno Peres – Valor Econômico. 25/01/2013	13
Para Davos, Brasil perde o brilho e Brics se reduzem ao 'C', de China. Clóvis Rossi – Folha de São Paulo. 26/01/2013	15
Protecionismo atrapalha Brasil na OMC – Folha de São Paulo. 26/01/2013	16
Em Davos, líderes colocam ênfase no crescimento – Folha de São Paulo. 27/01/2013.....	18
Dilma e Cristina debatem relação com Europa. Sylvia Colombo – Folha de São Paulo. 27/01/2013.....	18
Sem acordo comercial com a UE, Mercosul fica isolado na AL. César Felício – Valor Econômico. 28/01/2013	19
Volta à mesa acordo entre Mercosul e União Europeia – Valor Econômico. 29/01/2013	20

Candidatura de Azevedo quer resgatar importância da OMC. Sergio Leo e Assis Moreira – Valor Econômico. 02/01/2013

Já com o apoio oficial da Argentina, declarações informais de apoio dos países do grupo dos Brics (Rússia, Índia, China e África do Sul) e o estímulo discreto dos Estados Unidos e de outros países, o embaixador do Brasil em Genebra, Roberto Azevedo, lançado candidato à direção da Organização Mundial do Comércio (OMC), na semana passada, foi alçado às prioridades da política externa brasileira neste ano. Sua campanha deve ter como principal tema o esforço para fazer a OMC voltar a ser relevante na discussão sobre comércio internacional. Hoje, segundo um alto diplomata, a organização tornou-se quase exclusivamente um tribunal de litígios comerciais.

"É importante para o Brasil apresentar a candidatura de um diplomata respeitado na OMC, com um currículo importante e qualificado", defendeu o ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, ao comentar, por telefone, a candidatura brasileira. Ele confirmou que o Brasil recebeu "manifestações de simpatia" pelo nome de Roberto Azevedo dos países dos Brics, dos EUA e de países europeus e revelou estar, nas mãos, com a carta de apoio da Argentina. "Os que se manifestaram dizem ser a candidatura que atende melhor ao sistema multilateral de comércio", argumentou o ministro.

Na sexta-feira, foi Pimentel quem informou ao embaixador argentino no Brasil, Luis Maria Krekler, a quem recebia em audiência, sobre a decisão de lançar Azevedo para a OMC. Horas mais tarde, Krekler informava ao governo ter entrado em contato com Buenos Aires e enviava a carta manifestando formalmente o apoio à candidatura brasileira. Segundo apurou o **Valor**, Argentina e Índia estiveram entre os primeiros a pedir ao Brasil para apresentar um candidato à OMC. Uma fonte dos Brics, em Genebra, confirmou ao jornal o apoio ao embaixador brasileiro.

O Itamaraty quer evitar que Roberto Azevedo seja identificado com algum dos grupos em que se dividem os países na OMC, e planeja uma campanha discreta, enfatizando a experiência e capacidade de encontrar consensos, características do diplomata, qualidades conhecidas pelos diplomatas estrangeiros que tiveram contato com Azevedo nas discussões comerciais multilaterais. Roberto Azevedo tem sido o principal promotor da polêmica iniciativa brasileira, para discussão, pela OMC, dos efeitos do câmbio sobre o comércio global. A China, um dos principais opositores da ideia, já deixou claro seu apoio à candidatura do diplomata, porém. Pimentel argumenta que, como diretor-geral, Azevedo assumirá um papel de mediador, e caberá ao novo embaixador brasileiro na OMC defender a questão do câmbio.

"O Brasil tem uma candidatura forte, sempre cumpriu as regras da OMC, defende o sistema de comércio internacional, faz acordos, joga dentro das linhas do jogo", argumentou Pimentel. Lembrado que integrantes da OMC se queixam e ameaçam contestar recentes medidas do governo, como o novo regime automotivo, com vantagens para a produção nacional sobre os importados, o ministro reagiu com bom humor. "A reclamação faz parte do jogo também, ué, envolve dizer que isso ou aquilo é protecionismo." O ministro lembrou que, apesar do aumento nas medidas antidumping

levantadas pelo Brasil contra importações desleais, não houve nenhuma contestação a elas na OMC. "Fazemos tudo dentro das regras do jogo, em nossa defesa comercial."

Roberto Azevedo tem, a seu favor, a reputação adquirida durante sua atuação nas disputas comerciais e nas discussões na OMC, nas quais ganhou o respeito de negociadores de outros países por sua maneira franca, seu conhecimento técnico e a capacidade de buscar alternativas para impasses, de maneira pragmática. Os defensores da candidatura de Azevedo argumentam que a indicação de algum ex-ministro alheio às discussões recentes na OMC ameaçaria deixar a organização sem um rumo claro nos próximos anos, ampliando a impressão de sua crescente irrelevância, observadora passiva da multiplicação de acordos de livre comércio paralelos, entre diversos países.

Nos preparativos da última reunião ministerial da OMC, de resultados muito modestos, no fim de 2011, Azevedo conseguiu um dos poucos consensos entre os negociadores, ao formular um texto, aceito por todos, em que se abriu a possibilidade de acordos parciais para a chamada Rodada Doha, a travada discussão mundial de liberalização de comércio entre os países da OMC.

Até então, as conversas - estagnadas - na OMC se pautaram pelo chamado "single undertaking", o princípio pelo qual nada pode ser decidido enquanto não se fecharem acordos sobre todos os pontos em discussão. Por sugestão de Azevedo, os países concordaram em buscar "colheitas antecipadas", acordos parciais sobre temas que forem considerados do interesse de todos, para decidirem na próxima reunião ministerial, em Bali, em dezembro de 2013. Será mais uma tentativa de salvar a OMC do colapso total das negociações comerciais abrigadas na organização.

CNA promoverá seminário em Pequim sobre infraestrutura e logística – Site da CNA. 08/01/2013

Presidente da CNA, Senadora Kátia Abreu, em visita ao Porto de Shanghai, na China

Cooperação técnica entre Brasil e China para o desenvolvimento de tecnologia agrícola aplicada, ampliação da irrigação no País e projetos de logística e infraestrutura para a região do Arco Norte do Brasil foram temas da reunião da presidente licenciada da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, em Pequim, na China, com o vice-ministro da Agricultura da China, Niu Dung, na sede do ministério. Além de obter o apoio do ministério para essas iniciativas, a senadora tratou também do seminário que a CNA estará promovendo, em setembro de 2013, em Pequim, sobre os investimentos em infraestrutura e logística no Brasil, com a participação de ministros, outras autoridades e empresários brasileiros. Participou da reunião o conselheiro Braz Barachuy, da embaixada brasileira na China.

A senadora Kátia Abreu agendou para amanhã um encontro com o Diretor de Cooperação Econômica do Partido Comunista Chinês, Li Dangxiao, além de nova reunião, na quinta-feira, com o diretor do Banco de Desenvolvimento da China (CDB, na sigla em inglês), Weidong Zhou, para tratar do financiamento de projetos no Brasil. Na ocasião, a senadora dará continuidade aos temas tratados em reuniões anteriores com representantes do banco.

Em 2012, quando estive na China para inaugurar o escritório da CNA em Pequim, a senadora Kátia Abreu apresentou ao CDB demandas para o complexo de portos e hidrovias no Norte do Brasil, projeto que visa reduzir o custo do escoamento da produção brasileira daquela região. Ao final, seus representantes manifestaram interesse em conhecer com detalhes os projetos apresentados, informando que estariam dispostos a organizar encontros com empresas que poderiam se interessar por estes processos.

A abertura do escritório na China, em novembro de 2012, foi um passo efetivo rumo à internacionalização da CNA, processo iniciado há cerca de um ano. Na próxima sexta-feira, a senadora Kátia Abreu se encontrará com o embaixador do Brasil na China, Clodoaldo Hugueney.

Brasil quer novas regras no comércio mundial. Sergio Leo – Valor Econômico. 11/01/2013

O Brasil se esforça "de maneira ativa, construtiva e proativa" para obter, ainda em 2013, resultados parciais nas negociações de liberalização comercial na Organização Mundial de Comércio (OMC), especialmente na área de agricultura, disse, ao Valor PRO, serviço de informação em tempo real do **Valor**, o candidato brasileiro à direção-geral da organização, embaixador Roberto Azevedo. Ao defender a candidatura, ontem, em entrevista coletiva, Azevedo disse que o governo brasileiro tem "grande preocupação" com a "paralisia" das negociações sobre regras e liberalização de comércio na OMC.

"A evolução do sistema (multilateral de comércio) e de suas disciplinas encontra-se paralisada por impasses graves e até o momento insuperáveis", disse Azevedo. Ao Valor PRO, o diplomata afirmou que a delegação brasileira já apresentou propostas e negocia com outros países o que o jargão em Genebra chama de "colheita antecipada": novas regras de comércio a serem aplicadas mundialmente, mesmo sem a conclusão completa da chamada Rodada Doha de negociações da OMC, lançada em 2001.

Os diplomatas na representação da OMC em Genebra discutem propostas de acordos a serem confirmadas pela reunião ministerial da organização, em dezembro, em Bali, na Indonésia, em temas como facilitação de comércio (desburocratização e padronização das práticas de comércio exterior), agricultura e compras públicas, por exemplo. O Brasil busca, segundo Azevedo, regras mundiais de administração de cotas de importação. Hoje, problemas administrativos de certos governos impedem países como o Brasil de preencher cotas de carnes e outros produtos.

"Fizemos outra proposta, para facilitação de comércio de bens perecíveis na área agrícola, para evitar que bens com prazo validade sejam perdidos por demora burocrática", informou o diplomata. "Estamos pensando também em medidas para evitar subsídios à exportação também na área agrícola." Outros países têm propostas de regras para propriedade intelectual, compras públicas e segurança alimentar de nações menos desenvolvidas. Azevedo vê chances de avançar em alguns desses temas, devido ao interesse dos governos em preservar a credibilidade da OMC e sua capacidade de agir após vencida a atual crise financeira internacional.

Um dos principais responsáveis pela aprovação da ideia da "colheita antecipada", Azevedo defende o próprio nome como a melhor escolha para ocupar a diretoria-geral,

que será trocada em um momento delicado dessa negociação: setembro, a poucas semanas da reunião ministerial.

"Uma das minhas maiores surpresas nesse processo foi ser abordado com grande entusiasmo, para lançarmos nossa candidatura, por delegações com as quais travamos batalhas muito fortes e difíceis", garante Azevedo, que é o embaixador do Brasil na OMC em Genebra, à frente de todas as disputas comerciais do Brasil nos últimos anos. Ele é, também, o principal responsável pela iniciativa brasileira de discutir os efeitos das variações das moedas sobre o comércio internacional - palco do que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, chamou de "guerra cambial".

Azevedo não vê condições de debater, agora, na OMC, mecanismos para lidar com efeitos do câmbio sobre o comércio mundial. Diz que o momento é de discutir qual o papel da OMC nesse assunto e não crê que sua ativa defesa do tema prejudique a candidatura. "Não cabe ao diretor-geral decidir para onde a organização vai, quem decide são os países membros". Se eleito, deve, apenas facilitar o debate, disse.

"A OMC é uma organização de comércio, atritos, divergências de opinião são naturais, constantes e inevitáveis", argumentou, ao explicar por que acredita obter apoio de países que foram adversários do Brasil em discussões na organização. "O que é mais importante é como o candidato lidou com essas divergências de opinião e atritos, se atuou de forma construtiva, de forma a encontrar soluções, se foi sensível aos problemas dos outros", disse, com a convicção de que tem essa imagem em Genebra, segundo teria ouvido de diplomatas que incentivaram sua candidatura.

Azevedo garante que as recentes medidas de proteção à indústria nacional, criticadas na OMC, não são obstáculo. "Vejo minha origem brasileira como ativo, não como passivo", afirmou. "É mais importante o histórico do Brasil como articulador de consensos, de busca de soluções para fortalecer o sistema multilateral de comércio que medidas circunstanciais adotadas nesse momento em particular."

A candidatura não foi iniciativa isolada do Itamaraty, mas decisão "de Estado", da presidente Dilma Rousseff após ouvida a equipe econômica, e só ocorreu após pedidos "de fora para dentro", de outros governos para que o país lançasse candidato. "Eu, particularmente, nem levei muito a sério, no início, mas a pressão foi crescendo", relatou.

A Argentina foi até agora, o único país a oficializar apoio ao candidato brasileiro, que concorre com outros oito pretendentes ao posto, e, dia 31, deve defender formalmente sua candidatura na OMC. O tema é prioridade dos próximos encontros internacionais de autoridades brasileiras.

Ao falar publicamente pela primeira vez sobre sua candidatura, pouco antes de conceder entrevista exclusiva ao Valor PRO, Azevedo deixou clara sua linha de campanha, que enfatizará a reputação de negociador respeitado e criativo. Para o Brasil, o diretor-geral deve ter, segundo o diplomata, compromisso em fortalecer o sistema multilateral de comércio, experiência e conhecimento na temática da OMC, e capacidade de "viabilizar soluções equilibradas".

Área de negociações da OMC está "paralisada", diz candidato brasileiro. Renata Agostini – Folha de São Paulo. 11/01/2013

Roberto Azevedo concorre a diretor-geral do órgão; outros oito países tentam cargo

Para o candidato brasileiro ao cargo de diretor-geral da OMC (Organização Mundial do Comércio), o embaixador Roberto Azevedo, a área de negociações do órgão está "absolutamente paralisada".

Segundo Azevedo, essa é a maior preocupação do governo brasileiro e a principal motivação para o lançamento de sua candidatura, que classifica como "decisão de Estado".

"A área de negociações, que é a mais importante para o aprimoramento dos compromissos assumidos pelos países na OMC, está absolutamente paralisada", disse Azevedo ontem durante coletiva de imprensa no Palácio do Itamaraty, em Brasília.

A candidatura de Azevedo foi anunciada em 28 de dezembro. O embaixador informou que a decisão de lançar seu nome foi tomada pela presidente Dilma Rousseff com o respaldo de ministros ligados à área. É a segunda vez que o Brasil tenta eleger um representante para esse cargo.

Além do Brasil, outros oito países indicaram nomes para o cargo de diretor-geral da organização: México, Costa Rica, Indonésia, Nova Zelândia, Quênia, Jordânia e Gana.

No final de janeiro, todos os candidatos farão uma apresentação às delegações dos países-membros da OMC, na sede do órgão, em Genebra. A decisão final será anunciada até 31 de maio.

A escolha não é feita por votação direta, mas por meio de rodadas de consultas, nas quais cada país indica suas predileções e rejeições. Os candidatos que não conseguem apoio significativo vão retirando suas campanhas até que se chega ao nome final.

Por enquanto, apenas a Argentina oficializou seu apoio à candidatura de Azevedo.

O embaixador afirmou que a origem brasileira é um "ativo que só ajuda" em sua campanha, já que o Brasil tem boa reputação entre os membros da organização.

Com 9 candidatos, disputa na OMC começa indefinida. Assis Moreira – Valor Econômico. 15/01/2013

Quando a Organização Mundial do Comércio (OMC) abriu o prazo para candidaturas ao posto de diretor-geral, no começo de dezembro, um comentarista britânico indagou: "E quem se importa com isso?", uma forma de apontar a irrelevância da entidade. Um mês depois, a surpresa foi o surgimento de nove candidatos de todas as regiões. Os comentários passaram a destacar a importância e o interesse por uma entidade-chave na governança global.

Apenas um candidato é de país desenvolvido (Nova Zelândia). Os demais oito representam países autoproclamados em desenvolvimento - três da América Latina (Brasil, México e Costa Rica), dois da Ásia (Coreia do Sul e Indonésia), dois da África (Gana e Quênia) e um do Oriente Médio (Jordânia).

Quem são os candidatos

Representantes de nove países disputam comando da OMC

Alan Kyrenyaten



Anabel González



A campanha deslança com a tradicional tentativa de enfraquecer as outras candidaturas, com doses de rumores. A impressão também é de que, a essa altura, para um total de 158 países-membros da entidade, deve haver pelo menos 300 promessas de apoio, significando traições no momento decisivo.

O candidato do Brasil, Roberto Azevedo, entra na disputa com mais apoio do que ocorreu quando o candidato brasileiro foi Seixas Correia, na disputa com o atual diretor-geral, Pascal Lamy. Em outro cenário, de conflito com o Uruguai, o Brasil obteve menos de dez votos e foi logo eliminado.

Agora, negociadores em Genebra acham que Azevedo "vai longe" na disputa. "Se a escolha fosse unicamente dos embaixadores, Azevedo estaria praticamente eleito", diz importante personalidade da cena comercial, mencionando o bom trânsito do diplomata brasileiro entre países desenvolvidos e em desenvolvimento e sua qualidade para forjar consensos. "Só que a decisão final de cada país acaba sendo mesmo dos ministros, na capital de cada país, e o resultado pode ser diferente."

Partidários de Azevedo esperam contar com os apoios importantes da China e da Índia. Há céticos sobre isso, que preferem esperar para ver. Primeiro, os Brics não têm agido juntos em momentos decisivos. A experiência com os indianos é de "virar a casaca" na fase decisiva. A cúpula dos Brics em março, na África do Sul, poderá sinalizar para onde vai, de fato, o apoio de seus membros.

O candidato mexicano, Herminio Blanco, dificilmente vai decolar. Ex-negociador do Nafta (o acordo comercial entre México, EUA e Canadá), ele está fora da cena comercial multilateral há um bom tempo. É considerado agressivo por alguns que o conhecem. Sua candidatura parece ter mais a ver com o jogo político interno, com o novo governo procurando afastar uma tentativa de candidatura do ex-embaixador Peres Motta, ligado ao governo anterior.

A candidata da Costa Rica, a ministra de Comércio, Anabel González, foi diretora da Divisão de Agricultura da OMC. Saiu chamuscada junto a alguns países, num fogo cruzado entre Lamy e o neo-zelandês Crawford Falconner, então mediador da negociação agrícola. Tem pouco apoio de países do grupo ACP (África, Caribe,

Pacífico). A expectativa é que dispute com o mexicano votos de países como Chile, Paraguai e Colômbia, que dificilmente votarão no Brasil.

Alguns partidários de Anabel alimentam a esperança de ter apoio dos EUA, China e União Europeia, com os quais a Costa Rica tem acordos de livre comércio. O fato de a Costa Rica ter cortado relações diplomáticas com Taiwan e estabelecido com Pequim seria levado em conta pelos chineses. Partidários da Costa Rica dizem nos bastidores que sua candidata tem apoio chinês.

Já um negociador de um país emergente diz que os Brics, e portanto também a China, não aceitarão a Costa Rica no comando da OMC, por causa de sua proximidade com os EUA. Washington, em todo caso, não deve sequer mencionar apoio a candidato no começo das consultas, porque o queimaria imediatamente junto a outros países.

Da Ásia, o candidato da Coreia do Sul, o ministro de Comércio Taeho Bark, terá pouco apoio. Não é considerado "da turma" da cena multilateral de comércio. Além de o país ter a direção da ONU, o presidente do Banco Mundial é de origem coreana. A China também não vai querer um coreano, o que eliminaria sua chance de ficar com um dos quatro cargos de diretor-geral-adjunto.

A candidata forte da Ásia é Mari Pangestu, da Indonésia, que foi deslocada do Ministério do Comércio para o de Turismo e Indústrias Criativas. Ela é conhecida, tem boa reputação e é de origem chinesa. Ocorre que a Ásia já teve um diretor da OMC, o tailandês Supachai Panitchpakdi. O Brasil já avisou que, dessa vez, a vaga é da América Latina ou da África, na prática sinalizando bloqueio a um candidato asiático.

Pelo menos verbalmente, muitos países insistem que a África deveria ter o posto. Nos bastidores, porém, a África é considerada um embaraço político. Países desenvolvidos não querem um africano, por considerar que pode ser mais manipulável.

Mas Alan Kyerematen, de Gana, não deve ser descartado. Vem fazendo campanha há um bom tempo e alega ter apoio do grupo ACP, reunindo países que não cessam de pedir tratamento especial no comércio global. Ele tampouco é um desconhecido: foi o representante dos africanos no "green room", o pequeno comitê decisório da conferência ministerial da OMC em Hong Kong, em 2005. Mas vários países africanos não engolem a maneira como ele conseguiu a indicação da União Africana, que surpreendeu até membros de seu governo. Seu apelido, "Cash", reflete um problema de ética.

A candidata do Quênia, Amina Mohamed, ex-embaixadora na OMC, foi quem conduziu o processo que levou à seleção de Lamy para a direção da entidade. De volta ao Quênia, foi responsável pela redação da nova Constituição do país. No entanto, analistas veem poucas chances para ela, porque, além de terem dois candidatos para a OMC, os africanos também disputarão a direção da Unctad, a agência da ONU para Comércio e Desenvolvimento.

Ahmad Hindawi, da Jordânia, é carta fora do baralho. A única coisa que se sabe dele é que joga basquete. Países árabes hesitam em estragar o apoio com ele.

Quanto ao único candidato de um país rico, o ministro de Comércio neo-zelandês Tim Groser, a questão é sobre quem vai apoiá-lo, além dos próprios desenvolvidos, pelo

menos na fase inicial. Além disso, a Nova Zelândia já teve um diretor da OMC, Mike Moore. E a Índia já avisou que o selecionado terá obrigatoriamente que ser de país em desenvolvimento, pelo sistema informal de rotação geográfica.

A expectativa é sobre quem afinal EUA, China e União Europeia vão realmente apoiar. Os europeus parecem mais interessados em garantir um posto de diretor-adjunto, dessa vez para a Alemanha.

Outra questão é sobre quem vai conduzir o show - ou seja, o processo de seleção - dessa vez. Isso está vinculado a quem está na presidência de alguns órgãos da OMC. Significa que serão o embaixador do Paquistão, que quase todo mundo acha fraco, e dois embaixadores de países desenvolvidos.

Os candidatos se apresentarão aos países entre os dias 29 e 31, depois terão fevereiro e março para fazer campanha, em seguida serão feitas rodadas de consultas com os países para apontar seus favoritos, e enfim a escolha deveria estar feita até fim de março.

Para alguns tarimbados negociadores em Genebra, a disputa com nove candidatos poderá abrir maior espaço para qualidades individuais do que para considerações geopolíticas, e um beneficiado seria o candidato brasileiro Roberto Azevedo. Outros observadores acham que na reta final sobrarão três candidatos - da América Latina, da África e da Ásia.

Há dois cenários para a disputa: o cenário normal, em que os candidatos aceitam as regras do jogo, por exemplo, de serem eliminados gradualmente, num processo sujeito a boa dose de subjetividade. E o cenário catastrófico, em que um candidato recusa a derrota e bloqueia o processo. Isso aconteceu na disputa entre Supachai, da Tailândia, e Moore, da Nova Zelândia. Após meses de bloqueio, o mandato foi dividido entre os dois. Eles foram os piores chefes do sistema multilateral de comércio até hoje.

Alemanha e Brasil discutem parceria na área cooperativista – Site do MAPA. 18/01/2013

Interesse europeu envolve produção de alimentos e de energia à base de produtos agrícolas

Autoridades alemãs afirmaram que veem com atenção o avanço do Brasil na área cooperativista, durante encontro com representantes do governo brasileiro nesta sexta-feira, 18 de janeiro, em Berlim. A reunião faz parte das agendas bilaterais com representantes estrangeiros empreendidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) durante a Semana Verde, que ocorre na Alemanha.

De acordo com o secretário de Estado de Agricultura da Alemanha, Robert Klooss, o Brasil é uma referência na implantação de sistemas cooperativos, sobretudo no agronegócio. “A Alemanha vê com atenção esse avanço do Brasil no cooperativismo. Queremos trabalhar a possibilidade de parcerias tanto na produção de alimentos quanto na de energia à base de produtos agrícolas”, afirmou.

Kloss também destacou os avanços nas pesquisas na área agrícola, especialmente as empreendidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a iniciativa da empresa de propagar as suas tecnologias a países africanos, para que estes desenvolvam a produção de alimentos com maior produtividade e respeito ao meio ambiente. Elogiou ainda a maneira como foi aprovado o novo Código Florestal brasileiro, por meio de acordo e longa discussão com todas as áreas de interesse do setor.

Pelo lado brasileiro, participaram da reunião o vice-ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil, José Carlos Vaz, e os secretários da pasta Ênio Marques (Defesa Agropecuária) e Célio Porto (Relações Internacionais). Da Alemanha, além do secretário Kloss, estiveram presentes a secretária de Relações Internacionais da Agricultura, Tanja Thiele, e a atual diretora geral da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), Karin Schwabenbauer, que substituiu Bernard Vallat na liderança do órgão.

Mendes Ribeiro participa de reuniões com colegas de pasta da Argentina e Uruguai – Site do MAPA. 22/01/2013

Os assuntos a serem tratados buscam entendimentos que possam melhorar o fluxo de comércio de interesse entre os países

O ministro Mendes Ribeiro Filho manterá contato em Montevideu com o seu colega de pasta do Uruguai, Tabaré Aguerre, para tratar do comércio bilateral de produtos agrícolas e de assuntos de interesse geral dos dois ministérios. A audiência será às 15 horas desta quinta-feira, dia 24 de janeiro, na sede do Ministério da Pecuária, Agricultura e Pesca.

No dia seguinte, sexta-feira (25), a reunião com início previsto para as 11 horas, em Buenos Aires, com o ministro argentino da Agricultura, Pecuária e Pesca, Norberto Yauhar. Na capital portenha, Mendes Ribeiro dará continuidade às negociações visando reduzir as dificuldades no fluxo comercial entre os dois países.

Do lado brasileiro, embora as exportações de carne suína não estejam bloqueadas, representantes do setor privado continuam reclamando que as empresas importadoras argentinas somente conseguem obter as autorizações de embarque, como a Declaração Jurada de Importação (DJAI) e o Registro de Operação de Importação (ROI), quando provam igual montante a ser exportado ao Brasil.

O governo da Argentina vem exigindo equilíbrio no comércio de empresa a empresa. Por outro lado, as exportadoras de queijos brasileiras reclamam que não obtêm autorização para exportar e que desde outubro passado não conseguem aprovação da DJAI.

Já do lado argentino, as reclamações diminuíram depois que foram facilitadas as importações de maçã, pêra e uvas frescas. Mas continuam em trâmite os processos referentes ao limão siciliano e lagostins (camarão gigante vermelho).

Além disso, o ministro Mendes Ribeiro quer estreitar o relacionamento e posição de interesse da agricultura dos dois países, especialmente em negociações de organismos internacionais. O titular da pasta aproveitará a ocasião para agradecer o apoio oficial do governo argentino à candidatura do Embaixador Alberto Azevedo à direção-geral da Organização Mundial do Comércio.

Participarão da comitiva do ministro Mendes Ribeiro, o diretor de Assuntos Comerciais, Benedito Rosa do Espírito Santo, e o diretor de Sanidade Vegetal, Cosam Coutinho.

Sem Doha, protecionismo avança no comércio global – Folha de São Paulo. 23/01/2013

A Rodada Doha, de negociações mundiais de livre comércio, parece ter morrido em silêncio quase completo.

Embora uma pequena porção do projeto possa vir a ser salva, a realidade é que se trata de um fracasso único na história das negociações multilaterais de comércio, que transformaram a economia global nas décadas seguintes ao fim da Segunda Guerra.

Muitas das sete rodadas anteriores demoraram anos para serem concluídas, mas nenhuma pereceu por desinteresse ou descuido. É de imaginar se alguns governos estão cientes do que está realmente em jogo.

Negociações de comércio multilateral bem-sucedidas tiveram papel importante na criação do mundo em que vivemos e propiciaram melhoras dramáticas nas vidas de milhões de pessoas.

Inicialmente, "globalização" era um epíteto, para muita gente. Mas, mesmo entre seus adversários, o valor que ela tem para os países mais pobres veio a ser reconhecido, porque ajudou a tirar mais de um bilhão de asiáticos da pobreza abjeta.

É necessário fazer muito mais pela África e por certas regiões da América Latina, e a Rodada Doha tinha por objetivo ajudar a prover acesso a mercados (e com isso oportunidades) a muito mais habitantes dos emergentes.

O que temos visto nos últimos anos é uma corrida aos tratados bilaterais, por parte de grandes nações e blocos. Essa corrida veio, de fato, acompanhada por um aumento no protecionismo. De 2008 para cá, 424 medidas protecionistas foram adotadas pela União Europeia.

A seguir teremos sem dúvida a perspectiva de um tratado bilateral de livre comércio entre a Europa e os Estados Unidos. Um tratado entre os EUA e o Japão está sendo discutido, bem como uma liberalização do comércio entre os Estados Unidos e países da Ásia e da América Latina.

Se qualquer dessas duas coisas for aprovada, boa parte do comércio global passará a ser conduzido sob uma estrutura discriminatória.

Não é tarde demais para reverter a maré aparentemente inexorável do bilateralismo. Mesmo que Doha não possa ser concluída, talvez existam outros caminhos, o que incluiria no mínimo a implementação dos pontos sobre os quais já existe acordo.

Outra alternativa seria promover o avanço das negociações multilaterais sobre áreas específicas (o setor de serviços, por exemplo) entre os países interessados, com adesão posterior para os demais membros da OMC.

Mas, se queremos avançar, e não recuar a um passado perigoso, os EUA precisam reafirmar um papel construtivo e voltar a liderar como fizeram no passado. Só que agora tendo a China a seu lado.

Brasil e União Europeia firmam acordo sobre bem-estar animal – Site do MAPA. 24/01/2013

Será constituído um grupo de trabalho para o intercâmbio de informações e cooperação técnica para os animais destinados a produção de alimentos

Brasil e União Europeia assinaram protocolo de cooperação técnica em bem-estar animal durante a 6ª Cúpula Brasil União Européia, nesta quinta-feira (24), no Palácio do Planalto. A parceria prevê um grupo de trabalho para intercâmbio regular de informações e cooperação técnica para a melhoria dos sistemas de criação dos animais destinados a produção de alimentos, do seu nascimento ao momento do abate.

O protocolo foi elaborado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) por meio da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC) com a colaboração do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal (DIPOA/SDA).

A União Européia é um dos mercados mais exigentes e demanda por tratamento adequado aos animais de produção. De acordo com o secretário de Relações Internacionais do Agronegócio, Célio Porto, a parceria firmada pelo Brasil promove a troca de informações e conhecimentos técnicos científicos no assunto.

“A assinatura do termo de cooperação é um avanço no entendimento dos técnicos brasileiros e europeus, especialmente para estudos e treinamentos, visto as diferenças significativas entre Brasil e Europa quanto suas condições climáticas, culturais e logísticas, que interferem significativamente no bem estar dos animais de produção”, explicou o secretário.

Brasil e UE criam comissão para impulsionar cooperação bilateral. Fernando Exman e Bruno Peres – Valor Econômico. 25/01/2013

Demonstrando maior otimismo com as perspectivas econômicas globais para 2013, Brasil e União Europeia criaram ontem uma comissão para tratar da cooperação bilateral, prospecção de oportunidades econômicas e impulsionar investimentos. Na sexta reunião de cúpula entre Brasil e UE, ambos os lados reafirmaram a vontade

política de avançar nas negociações para a assinatura de um acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia, o que depende dos demais países do bloco sul-americano.

A parceria estratégica entre o Brasil e o bloco europeu foi lançada em 2007. Desde então, as negociações para um acordo entre o Mercosul e a União Europeia foram retomadas, mas as tratativas não foram concluídas e governos de ambos os lados reconhecem que as parcerias entre o Brasil e a UE estão aquém do patamar desejável.

Para a presidente Dilma Rousseff, uma maior cooperação internacional tem potencial para ajudar a elevar a competitividade brasileira. A UE é o principal parceiro comercial do Brasil e maior investidor no país. Já o Brasil é o quinto principal investidor no bloco.

"O plano de ação conjunta Brasil-União Europeia tem diretrizes para atuação em 30 diálogos setoriais, abrangendo política industrial e regulatória, ciência e tecnologia, educação, direitos humanos e serviços financeiros", disse a presidente em discurso no fim da reunião de cúpula. "Definimos uma comissão bilateral para tratar sistematicamente das nossas relações, em especial da questão do investimento, com foco na questão da complementaridade."

Após um longo encontro a portas fechadas, Dilma demonstrou maior otimismo com o cenário econômico mundial. Segundo a presidente, existe atualmente uma melhor avaliação quanto às situações das economias da Europa, China e Estados Unidos. "Há uma generalizada percepção de que a pior parte [da crise financeira internacional] ficou para trás", afirmou Dilma, ao lado do presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, e do presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso.

Em seu pronunciamento, Rompuy contou ter dito à presidente brasileira que a União Europeia "avançou muito" e hoje se encontra num ponto de inflexão. Ponderou, entretanto, que agora o desafio europeu é reduzir o tempo necessário para que o crescimento econômico seja acelerado e o mercado de trabalho volte voltar a ficar aquecido.

Durante a conversa, Dilma e os líderes europeus também concordaram sobre a necessidade de os integrantes do G-20 realizarem mais esforços para a promoção do crescimento, geração de empregos e recuperação da demanda global, elementos considerados essenciais para a superação da crise econômica global.

"Hoje, estamos em melhores condições para lidar com choques experimentados durante a crise", afirmou Rompuy. Segundo ele, os países do bloco estão "reformando" suas economias a fim de aproximar suas políticas econômicas e orçamentárias. "O projeto de união bancária está bem avançado."

Durão Barroso defendeu a assinatura de um acordo comercial entre o Mercosul e o bloco europeu. O tema deve voltar a ser tratado na reunião ministerial bilateral que ocorrerá nos próximos dias. "Reafirmamos o empenho para chegar a um acordo de associação entre União Europeia e Mercosul", disse o presidente da Comissão Europeia, acrescentando considerar "importante" ver que Brasil e UE "dão prioridade" ao assunto. "Nossas regiões podem ter dividendos econômicos."

Para Dilma, porém, o acordo deve considerar as "sensibilidades" de cada região. A presidente brasileira, Rompuy e Durão Barroso conversaram ainda sobre a situação na Síria, o processo de paz do Oriente Médio, a violência no Mali e a crise política e institucional na Guiné Bissau. Além disso, Brasil e o bloco europeu assinaram um acordo sobre "bem-estar animal", para a troca de informações e cooperação na produção pecuária. Outro documento assinado pelos dois lados foi um acordo de cooperação na área de ciência e tecnologia.

**Para Davos, Brasil perde o brilho e Brics se reduzem ao 'C', de China. Clóvis Rossi
– Folha de São Paulo. 26/01/2013**

Já estão na fila os países emergentes candidatos a tomar o lugar da 'Velha Guarda'; entre eles, México, Nigéria, Paquistão, Filipinas e Turquia.

O encontro anual 2013 do Fórum Econômico Mundial termina hoje, com a constatação, no que se refere aos mercados emergentes, de que a sigla Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) perdeu brilho e, a rigor, acaba reduzida ao C, de China.

"A China joga em um campeonato próprio", comentou, por exemplo, John Defterios, editor de Mercados Emergentes da CNN, em debate ontem sobre tais mercados.

O programa irá ao ar amanhã e dirá que "a narrativa sobre a ascensão inevitável e impressionante dos Brics" que marcou Davos nos últimos anos agora está sendo substituída por uma avaliação "mais nuançada".

O que é explicável: o crescimento desses países deixou de ser luminoso. Mesmo o da China, na imponente altura dos 7,8%, é o menor desde 1999, ou seja, desde antes de o Goldman Sachs inventar a sigla, em 2001.

O Brasil é um caso particular de desapontamento: pelas contas do FMI (Fundo Monetário Internacional), cresceu no ano passado apenas 1%, menos da metade do desempenho da África do Sul (2,3%), o segundo pior resultado do grupo.

Como se fosse pouco, a fila anda: já estão na pista os chamados "Próximos 11", países emergentes candidatos a tomar o lugar do que Defterios chamou de "velha guarda". Entre eles, México, Nigéria, Paquistão, Filipinas e Turquia.

De certa forma, o México já atropelou o Brasil como o novo queridinho dos mercados, pelo menos no âmbito latino-americano, até porque cresceu quase quatro vezes mais que o Brasil.

A Nigéria, segundo o presidente de seu banco central, Sanusi Lamido Sanusi, prepara-se para dar um salto para um crescimento de dois dígitos. Para isso, precisa "reexaminar sua relação com a China", de forma a produzir valor agregado na própria África para vender para o país asiático, em vez de simplesmente exportar commodities.

DESAFIO À LÓGICA

É significativo que Carlos Ghosn, o marroquino-brasileiro que preside a Renault-Nissan, tenha cobrado "o desafio à lógica" que representa o fato de o Brasil exportar minério de ferro para a Coreia do Sul, por exemplo, e importar produtos acabados. Ou seja, não produz o valor agregado que a "nova guarda" coloca na agenda.

Já o Brasil não tem ambições tão grandes, ao menos a julgar pelo que disse o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, no debate de ontem. Limitou-se a relatar as medidas já anunciadas pelo governo para aumentar a produtividade, via redução do custo da energia e dos impostos sobre a folha de pagamento.

De todo modo, Tombini reafirmou para a plateia global da CNN, de que Davos é um ótimo condensado, que o Brasil retomará um nível mais robusto de crescimento (3% neste ano).

É justo dizer, de todo modo, que Tombini tem um ponto: o magro crescimento de 2012 não impediu o país de criar 1 milhão de empregos e de viver uma situação de virtual pleno emprego.

São esses diferentes números (baixo crescimento/alto emprego) que criam um cenário em que a popularidade da presidente é elevadíssima internamente, mas a imagem do país, externamente, já não tem o brilho de dois anos atrás.

Protecionismo atrapalha Brasil na OMC – Folha de São Paulo. 26/01/2013

Candidatura de Roberto Azevêdo à chefia do órgão é prejudicada pela estratégia de Brasília de defesa comercial

Itamaraty aposta no bom desempenho do embaixador na fase 'miss simpatia' do processo de seleção

A percepção de que o Brasil vive um momento protecionista na sua política comercial é um obstáculo para a candidatura do embaixador Roberto Azevêdo à direção-geral da OMC (Organização Mundial do Comércio), o xerife que monitora quase US\$ 20 trilhões em trocas de bens e serviços por 159 países.

Por definição, a OMC é uma entidade voltada para a liberalização do comércio, o que tornaria incompatível a presença, em seu comando, de um representante de país protecionista.

A defesa que a diplomacia brasileira prepara para combater esse argumento é simples: o DG (como o diretor-geral é tratado) não defende a posição de um determinado país, mas do conjunto de membros.

O protecionismo, se de fato existe (o que o governo brasileiro nega sempre), será defendido pelo embaixador do país junto à OMC -ou seja, pelo substituto de Azevêdo-, se ele for eleito.

As chances de vitória são impossíveis de aferir neste momento, mas o candidato brasileiro tem um trunfo inequívoco: "Se a eleição fosse um concurso de popularidade

em Genebra [sede da OMC], Azevêdo já estaria eleito", ouviu a Folha na cúpula da instituição.

O embaixador é visto como sério, bem preparado e de trato afável, qualidades que permitem prever um bom desempenho na primeira fase do processo seletivo, a realizar-se de 29 a 31 deste mês.

"MISS SIMPATIA"

É o que se chama internamente de "concurso de Miss Simpatia", em que os nove candidatos são ouvidos pelo Conselho Geral, a instância que gerencia a OMC.

Como o nome indica, é uma fase em que a personalidade dos candidatos pesa mais do que propostas e planos que só serão delineados ao longo do processo.

A partir de 1º de abril, é que começam as consultas para selecionar quem permanece na disputa e quem é paulatinamente eliminado.

O Brasil conta com o apoio dos demais BRICS (Rússia, Índia, China e África do Sul), mas será um apoio discreto, não verbalizado.

Se Azevêdo se apresentasse como candidato dos BRICS, provocaria imediata rejeição de, pelo menos, Estados Unidos e União Europeia, dois dos chamados "big five" -países que têm maior peso na OMC (além de EUA e UE, são o próprio Brasil, China e Índia).

Qualquer um que vete um candidato derruba-o no ato.

TOUR

Depois do "concurso de simpatia", vem a campanha eleitoral propriamente dita.

O Itamaraty preparou para Azevêdo um roteiro de visitas às capitais de um punhado de países, para que ele possa ganhar popularidade também fora de Genebra.

Na verdade, é nas capitais, e não em Genebra, que se decide o voto de cada país.

O objetivo brasileiro é garantir pelo menos o segundo voto de cada país. O usual é que um país africano, por exemplo, indique, como primeira preferência, o candidato da própria região.

Mas indica também uma segunda e até terceira preferências, quando começar, em abril, o processo seletivo.

Os candidatos com menos preferências (ou mais vetos) vão caindo até que sobrem dois ou três nomes para a decisão final, até 31 de maio.

Na eleição anterior, o candidato brasileiro, o embaixador Seixas Corrêa, caiu na primeira fase.

Mas o Itamaraty acredita que Azevêdo tem muito mais possibilidades, o que se começará a testar esta semana.

Em Davos, líderes colocam ênfase no crescimento – Folha de São Paulo. 27/01/2013

O panorama econômico global traçado no encerramento do Fórum de Davos-2013 remete a uma célebre frase do presidente Emílio Médici, nos anos 70.

Depois de visitar o Nordeste sufocado pela seca, numa época de crescimento, ele disparou: "O país vai bem, o povo vai mal".

Frase parecida foi usada por Christine Lagarde, diretora do Fundo Monetário Internacional, que a ouvira de Guy Rider, seu colega da Organização Internacional do Trabalho: "A situação econômica melhorou, mas as pessoas só perceberão dentro de uns sete anos".

O crescimento é tão necessário e tão pouco presente que até Lagarde, chefe de uma instituição-guardiã da ortodoxia, pediu moderação com a austeridade.

Aliás, o encontro-2013 parece marcar um ponto de inflexão: a ênfase na austeridade, até agora forte, está sendo equilibrada pelo apelo ao crescimento.

O governo do Japão acaba de anunciar uma nova política, com ênfase no crescimento, batizada em Davos de "Abenomics" (de Shinzo Abe, novo premiê).

Já Ángel Gurría, secretário-geral da OCDE, cobrou atenção a agendas postas de lado nos cinco anos em que o mundo se concentrou em enfrentar a crise.

Dilma e Cristina debatem relação com Europa. Sylvia Colombo – Folha de São Paulo. 27/01/2013

Presidentes discutem proposta de integração com o bloco a ser entregue no fim do ano

Em conversa realizada ontem na cúpula da CELAC, as presidentes Dilma Rousseff (Brasil) e Cristina Kirchner (Argentina) discutiram uma proposta de integração com a União Europeia, a ser entregue no último trimestre.

"É preciso discuti-la antes dentro do âmbito do Mercosul, e, para isso, é preciso esperar a eleição no Paraguai (em abril). Nós somos países emergentes, eles (Europa) têm desenvolvimento industrial consolidado. É necessário debater as assimetrias", disse Cristina Kirchner à imprensa, após o encontro em Santiago.

Antes, Dilma esteve com o presidente mexicano, Enrique Peña Nieto, com quem conversou sobre o comércio bilateral.

Segundo a assessoria de imprensa de Peña Nieto, foram discutidas estratégias para levar investidores brasileiros ao México. Hoje, há mais investidores mexicanos no Brasil do que ao contrário. Peña Nieto também convidou Dilma a visitar seu país.

Mais cedo, o chileno Sebastián Piñera recebeu Dilma no palácio de La Moneda. Foram assinados três tratados.

Na área científica, ficou acertado que o Brasil utilizará a base chilena de Eduardo Frei para a reconstrução de sua base na Antártida, incendiada no ano passado.

Na área educacional, os dois países firmaram acordo para facilitar a equivalência da validade de diplomas e o incentivo para intercâmbios universitários. Também foi assinado um acordo para incrementar as trocas culturais.

LAÇOS

Em declaração à imprensa, Dilma destacou a importância do Chile para companheiros de geração. "Muitos vieram viver aqui durante a ditadura militar. Temos laços econômicos, humanos e pessoais."

A presidente brasileira anunciou que foi discutido um plano de integração rodoviária e ferroviária para ligar os portos do Atlântico e do Pacífico.

Piñera ressaltou que a amizade de ambos os países é "sem fronteiras", "não só porque não temos fronteiras físicas, mas porque nossa amizade é histórica".

Ambos afirmaram também que conversaram sobre modos de ampliar o comércio bilateral e firmar novos acordos de cooperação energética.

A presidente brasileira ainda se encontrou com a alemã Angela Merkel.

Sem acordo comercial com a UE, Mercosul fica isolado na AL. César Felício – Valor Econômico. 28/01/2013

O Mercosul poderá se tornar, até o fim deste ano, a única região da América Latina e do Caribe sem um acordo comercial com a União Europeia. Ontem, com o encerramento da cúpula dos 27 países da UE e os 34 da Celac (Comunidade de Estados da América Latina e do Caribe), em Santiago, as autoridades do bloco europeu destacaram os acordos que devem entrar em vigor ainda em 2013 com o Peru, a Colômbia e a América Central. Já existem tratados de livre comércio com o Chile e o México.

Sobre o Mercosul, o presidente da União Europeia, Hermann Von Rompuy, limitou-se a dizer: "Estamos esperançosos por um acordo com o bloco." Ele e o presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, tiveram reuniões bilaterais com os chefes de estado do Peru, Colômbia, Guatemala, Honduras e Costa Rica, mas não tiveram contatos com os líderes do Mercosul. Antes da cúpula de Santiago, os dirigentes da UE estiveram no Brasil, para um encontro com a presidente Dilma Rousseff.

Na cúpula, Dilma se reuniu, no sábado, com a premiê alemã, Angela Merkel, a quem explicou diretamente que as negociações entre o bloco e a UE só serão retomadas no último trimestre do ano, depois que assumir o novo presidente paraguaio, que será eleito em abril.

O Paraguai está suspenso do Mercosul desde junho, quando o Congresso do país destituiu o então presidente Fernando Lugo. A suspensão termina em abril, quando haverá novas eleições, e o novo governo paraguaio assumirá em agosto. O atual presidente do país, Federico Franco, nem foi convidado ao encontro de Santiago.

Minutos antes da reunião com Merkel, Dilma havia conversado sobre o tema com a presidente argentina, Cristina Kirchner, que, em seguida, em procedimento pouco comum, aproximou-se dos jornalistas brasileiros para dizer que "a negociação com a União Europeia depende de uma negociação dentro do Mercosul" e que "os debates precisam envolver todos os países do bloco, inclusive o Paraguai".

Apesar de o Paraguai estar suspenso, o Mercosul não deixou de deliberar sobre outros temas desde então, entre eles a entrada da Venezuela como membro pleno.

Cristina, que também teve reunião bilateral com Merkel, é o principal obstáculo à aproximação entre Mercosul e UE. A presidente adotou uma série de barreiras comerciais e, na véspera da cúpula, formalizou a lista de produtos que entrarão na Argentina com a alíquota máxima de 35%, fora da Tarifa Externa Comum (TEC). Isso se deve a uma decisão do Mercosul de 2011, mas que a Argentina tardou 14 meses para implementar.

Cristina também se distanciou da UE ao expropriar em abril a petroleira YPF, que era controlada pela espanhola Repsol. O país resiste a cumprir determinações de arbitragens internacionais, em relação às indenizações pelas expropriações de ativos que já faz.

O tema fez com que a UE pressionasse para que a garantia de segurança jurídica fosse um dos compromissos entre os dois blocos na Declaração de Santiago, assinada ontem. O assunto aparece em dois parágrafos, mas condicionado aos "interesses comuns" e reconhecendo "o direito de cada país de estabelecer suas regulações".

Ao encerrar o ato, Durão Barroso procurou ser enfático. "A vontade política de atrair investimentos deve estar unida à responsabilidade. É fundamental garantir um marco jurídico transparente e estável, que respeite as normas internacionais e evite o protecionismo e a arbitrariedade", afirmou.

Volta à mesa acordo entre Mercosul e União Europeia – Valor Econômico. 29/01/2013

As discussões comerciais entre o Mercosul e a União Europeia ganharam impulso nos últimos dias e tudo indica que podem avançar, depois de seis anos de paralisia, se a queda pelo protecionismo nos dois lados do Atlântico não prevalecer.

Há dez anos, na Cimeira de Madri, os dois blocos já tinham avançado nos temas políticos e de cooperação, mas a questão comercial, mais espinhosa, foi ficando para trás. Depois veio a crise internacional, que deslocou discussões desse tipo para terceiro plano.

Mas agora os europeus dão todos os sinais de querer voltar à mesa de negociação. Esse recado foi dado claramente na semana passada quando a alta direção da União Europeia

esteve no Brasil para a sexta reunião de cúpula entre o país e o bloco europeu. A retomada das conversações entre o Mercosul e a União Europeia ocupou boa parte do encontro da presidente Dilma Rousseff com o presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, e o presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy.

Os europeus procuraram convencer Dilma de que "o pior ficou para trás" na zona do euro e estavam dispostos a retomar antigas pendências. Essa afirmação é apenas parcialmente verdadeira. O pior pode ter ficado para trás, mas a estrada pela frente ainda é cheia de solavancos. O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê que a zona do euro enfrentará agora seu segundo ano de recessão.

Mais sincero foi um dos principais negociadores comerciais europeus, o diretor-geral adjunto de Comércio da Comissão Europeia, João Aguiar Machado, que disse que a saída da crise da União Europeia passa pela abertura comercial.

Não por outro motivo o bloco europeu concluiu recentemente acordos comerciais com o Canadá, Cingapura, Coreia do Sul; e pretende negociar nos próximos meses com o Japão, Vietnã e Tailândia. Depois de se encontrar com Dilma, a cúpula europeia tomou o rumo do Chile para participar de encontro com a Comunidade dos Estados Latino-americanos e do Caribe (Celac), e comemorou a entrada em vigor ainda neste ano de acordos com Colômbia, Peru e América Central. Já existem tratados de livre comércio com o Chile e o México. Ainda no primeiro semestre deve receber sinal verde a negociação com os EUA.

Nesse frenesi europeu, o Mercosul está ficando para trás, constatou Machado, para quem já está na hora de os dois blocos partirem para discutir as tarifas de importação.

Machado sabe que a questão não é tão simples assim porque os membros do Mercosul, uns mais outros menos, recorreram ao protecionismo como estratégia de sobrevivência à crise internacional. A maior preocupação dos europeus é a Argentina, não só por causa das barreiras comerciais mas também por suas medidas contra os investimentos estrangeiros, como a desapropriação da espanhola YPF Repsol, em 2012. Os europeus não entendem o que chamam de paciência brasileira com o protecionismo argentino, que atinge os próprios membros do Mercosul.

A discussão com o Mercosul esbarra também na situação do Paraguai, suspenso do bloco desde junho, quando o Congresso do país destituiu o presidente Fernando Lugo, substituído por seu vice, Federico Franco. A suspensão termina em abril, quando haverá novas eleições. O Mercosul quer esperar a posse do novo presidente paraguaio, em agosto, para negociar com os europeus.

O Brasil também não foi poupado de críticas por causa dos benefícios concedidos a alguns setores industriais. Mas todos sabem que os europeus não são propriamente modelo de liberalismo comercial.

Essas dificuldades fazem alguns empresários brasileiros acharem mais viável um acordo bilateral entre Brasília e a União Europeia. A partir do próximo ano, o Brasil estará fora do Sistema Geral de Preferências (SGP) europeu, que garante uma tarifa mais baixa, e as desvantagens dos produtos brasileiros serão maiores.

Essa possibilidade está no radar europeu. Afinal, o intercâmbio comercial entre o país e a União Europeia movimentou quase US\$ 100 bilhões em 2012. O segundo maior destino das exportações brasileiras foi o bloco europeu, depois da América Latina e Caribe; e a União Europeia foi a maior fornecedora de importados do país e maior investidor estrangeiro.

Com a entrada da Venezuela, o Mercosul é um mercado de 275 milhões de pessoas, que comercializou com o mundo todo quase US\$ 800 bilhões em 2011. Apesar de tudo, o assunto com certeza estará na mesa da próxima cúpula do Mercosul, a ser realizada até meados do ano.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Lauro Mattei,
Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal,
Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Karina Kato,
Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria



cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa